

Narrativas da Veja: o *impeachment* no passado e no presente¹

Karin Giordani SAMPAIO²
Antônio Sebastião da SILVA³

Universidade Federal de Mato Grosso, Barra do Garças, MT

Resumo

Este artigo visa demonstrar como a revista *Veja* constrói suas histórias sobre o *impeachment*, na perspectiva de estudar suas narrativas sobre a crise política brasileira, e seguir o fio que ordena a tessitura do texto jornalístico, considerando a visão de poder e ideologia do semanário. Na trama, ocorrem composições dramáticas na legitimação de seus protagonistas e antagonistas, remetendo o leitor ao passado, numa comparação com o *impeachment* de Fernando Affonso Collor de Mello e o processo atual de Dilma Vana Rousseff. Assim, confrontamos duas reportagens de capa da revista *Veja*, a partir do método da análise crítica das Narrativas. Na diegese do semanário, a configuração das vozes que, compõem a história dos acontecimentos-intrigas⁴ e da realidade do poder hegemônico na política do país, na busca do princípio da ordem e da democracia midiática.

Palavras-chave: Narrativas; Política brasileira; *Impeachment*; Revista *Veja*; Jornalismo.

1. Introdução

A pesquisa sobre a narrativa de *impeachment* da Revista *Veja*⁵ segue como base o método de análise narrativo de vertente de Luiz Gonzaga Motta (2013). O recorte será o das duas capas da revista *Veja* das edições 1249 (26/08/1992) e 2455 (09/12/2015). As reportagens são tratadas como sendo dois episódios⁶: o primeiro, que levou ao *impeachment*

¹Trabalho apresentado no IJ1-Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste realizado de 19 a 21 de maio de 2016.

² Estudante de Graduação 4º. Semestre do curso de Jornalismo da UFMT, e-mail: karin.giordani@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Jornalista, mestre pela PUC/SP, Doutor pela Universidade de Brasília (UnB), e professor do Curso Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Universitário do Araguaia (CUA), e-mail: antoniosilva@gmail.com

⁴ A partir da reconfiguração das fragmentadas ações e informações, novos clímax, novos desfechos de histórias se encaixam, novos episódios sucedâneos são revelados e constituem o que chamamos de ‘acontecimento-intriga’ (MOTTA, 2013, p. 116).

⁵ Um dos principais veículos de seu segmento no Brasil, com grande influência política e alto índice de audiência. Como descreve Silva (2015), o semanário paulista tem “Origem europeia, passagem pelos Estados Unidos, pela Argentina e, depois, pelo Brasil [o que] demarcam e permitem conhecer a referência cultural dos donos da empresa, que edita o semanário, o qual, ao longo dos anos, vai delimitando seu espaço, com sucesso, nas narrativas da política, da cultura, do entretenimento, da moda, dos negócios e outros, enfim, no jornalismo especializado brasileiro.”

⁶ São unidades temáticas narrativas intermediárias, semanticamente coesas, que relatam ações ou conjunto de ações relativamente autônomas (motivos) e correspondem às transformações e progressões no transcorrer da história, conectadas ao todo no qual significativamente se inserem (MOTTA, 2013, p.47).

de Fernando Collor de Melo e o segundo, que se trata do caso atual nas discussões acaloradas, com participação efetiva dos meios de comunicação, inclusive de *Veja*, envolvendo como personagens centrais nesta trama, a presidente Dilma Rousseff, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Partido dos trabalhadores.

Para que possamos fazer as relações entre as duas épocas, destacar suas semelhanças, bem como suas principais discrepâncias, é necessário encontrarmos cada personagem neste enredo e entender as vozes que falam por meio deles. Assim, sendo necessária uma análise aprofundada de cada edição da *Revista Veja*, para melhor entendimento da configuração da narrativa e dos discursos do semanário paulista.

O tema: “Narrativas da *Veja*: o *impeachment* no passado e no presente” é utilizado justamente pelo poder simbólico que está por detrás da ideologia da revista, bem como dos meios de comunicação em geral, cada qual com sua perspectiva e abordagem. Na visão de Thompson, “os meios de comunicação têm uma dimensão simbólica irreduzível: eles se relacionam com a produção, o armazenamento e a circulação de materiais que são significativos para os indivíduos que os produzem e os recebem” (1998, p.19). Reforçamos assim a ideia de que essas narrativas têm como ideal definir performances para esses personagens, sejam como protagonistas ou antagonistas, como de seus adjuvantes. Deste modo, o narrador está sempre com o intuito de atingir sua visão de mundo, na determinação de sua ideologia por meio de significados levados ao público leitor.

Nesse trabalho, vemos a importância de uma análise pragmática das narrativas com o objetivo de descortinar, de certa forma, a intenção do narrador e os efeitos que pretende gerar em sua audiência, a opinião pública na definição da ordem política brasileira. Não somente, evidenciar as intrigas que envolvem a política e a sociedade, na dependência do entendimento da realidade construída pelo jornalismo.

Com isso, confrontando as edições de nosso recorte do semanário paulista, podemos chegar ao entendimento das ideologias do veículo, inseridas em um contexto político-social, com o objetivo de apresentar o fio condutor da trama, revelando as artimanhas do narrador no sentido de envolver a audiência.

A rigor, a narrativa é intrigante. Pois, diante da efetiva representatividade dos meios de comunicação, é possível perceber, dentro desses meandros das informações, a clara composição de personagens que, ao longo do percurso, são construídos de forma

emblemática. Assim, a narrativa se emoldura nesse quadro de informação, de modo a ser conveniente ao narrador a composição para a ordem e significação dos fatos.

Seguindo o método narrativo, portanto, atingiremos o principal objetivo deste artigo, que é de mostrar o fio condutor tecido pela Revista Veja durante os dois períodos cruciais do debate sobre o *Impeachment* na história do Brasil. Assunto na agenda das mídias cotidianamente no ano de 2015, repetindo um passado não muito distante, o ano de 1992 com a saída de Collor da presidência, em meio a denúncias de corrupção no governo. Neste sentido, o semanário paulista destaca que “O Brasil renuncia a Collor” (Ed.1249, 26/08/1992, capa), que é acusado de ter conhecimento das tramoias e falcatruas de Paulo César Farias, tesoureiro de sua campanha, que foi o pivô de todo o processo que culminou com a saída do presidente.

Já no caso Dilma, a narrativa escolhida pelo semanário destaca na capa o título “Impeachment” (Ed. 2455 de 09/12/2015, capa), que ao contrário da narrativa da postura arbitrária de Collor, mostra uma presidente omissa e com isso, incapaz de lidar com a crise econômica e política que atinge o país, afetando bruscamente a economia brasileira.

Enquanto acontece a maior rejeição ao governo Dilma, em cujas narrativas assume papel de antagonista na estória de Veja, numa referência à crise que atinge o seu governo conforme o discurso da maioria das mídias noticiosas, seguindo as disputas nas intrigas, os personagens contra-atacam, alegando que a tentativa de impedimento contra a presidente não passa de um golpe político da direita, pois afirma que a presidente não cometeu crime de responsabilidade, portanto, seria injustificada a abertura do processo de *impeachment*.

Ao mesmo tempo, ocorre estremecimento entre os partidos da presidência e do vice-presidente, Michel Temer (PMDB). Contudo, um personagem emblemático dessa trama é o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), que na oposição ao governo, trabalha insistentemente para dar cabo ao pedido de *impeachment*, viabilizando politicamente os trâmites do processo no plenário, sendo ele fiel aliado do vice-presidente.

No entanto, pesa também contra o presidente da Câmara, outro personagem emblemático na trama de Veja, infinidade de provas de corrupção e desvios de verba pública, o qual tenta desvencilhar de pedido de um *impeachment* contra si, no contragolpe do governo, sobretudo dos parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT), do qual faz parte Dilma Rousseff. O cenário, portanto, é para intrigas diversas, com acontecimentos que exigem configuração dos agentes na trama. No meio da tessitura da diegese está o jornalismo da revista Veja, capaz de agendar os demais veículos de comunicação

noticiosos, cuja realidade construída atinge dramaticamente os brasileiros para a ordem do Estado.

2. A Metodologia das Narrativas de Veja

No jornalismo as vozes ganham importância na narrativa, bem como na literatura, porém, devemos compreender que no noticiário os personagens-fontes, são seres participantes da sociedade, com ações no universo político.

Motta descreve que, o narrador possui estratégia na sua composição diegética, pois, “É ele quem dispõe do poder de voz para organizar, encadear, posicionar, hierarquizar, dar ao seu interlocutor as pistas e ‘instruções de uso’ através das quais indica como pretende que seu discurso seja interpretado” (2013, p.211). A narrativa segue uma espécie de roteiro cujo processo se relaciona a um fio condutor para a estória, iniciando com “e”, seguindo o idioma inglês, pois Motta opta por usar a palavra sem o “h”, para se referir as narrativas dramáticas (fáticas ou fictícias) e história para às narrativas da historiografia (2013, p.19).

Na busca de sua visão de mundo, o pano de fundo, o narrador descortina os pontos de virada, que são incidentes que causam uma reviravolta na narrativa, mudando sua direção e dando andamento a estória. Momento em que os personagens revelam como o narrador define as marcas da narrativa, configurando-se na tessitura da rede de intrigas, os antagonistas e protagonistas, cada qual com seus adjuvantes.

No que diz respeito à metodologia, em conversa entre Foucault e Deleuze, este diz que “Nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro, e é preciso a prática para atravessar o muro” (FOUCAULT, 1979, p.70). As análises das narrativas nos permitem transpor as muralhas da autossugestão à qual o leitor é condicionado, trazendo à luz das abordagens o verdadeiro sentido por detrás dos enunciados.

Nesta metodologia nos colocamos como leitor tradicional do semanário, que através da hermenêutica, passa a observar o diálogo de Veja com a sua audiência, e perceber a necessidade latente, conforme o contexto histórico-social das informações e suas formas simbólicas (THOMPSON, 1988).

Por meio de comparações e traduções das falas do narrador, podemos contemplar o fio narrativo da estória e suas ideologias:

É preciso deixar claro que os discursos narrativos se constroem através de estratégias e astúcias comunicativas que decorrem dos desejos do sujeito narrador. Ele recorre consciente ou inconscientemente às operações e ardis linguísticos e extralinguísticos a fim de realizar certas intenções (MOTTA, 2013, p. 10).

Desta forma, na análise levar-se-á com atenção as narrativas em três instâncias expressivas, os planos da análise, seguindo a metodologia Crítica da Narrativa de Motta (2013, p.19):

1) Plano da expressão – É o plano onde o narrador constrói por meio da linguagem, o enunciado, o discurso do qual ele se apropria para fazer o leitor conhecer a realidade a partir da sua perspectiva. Nesse plano a retórica tanto escrita, quanto sonora ou visual, é amplamente utilizada para imprimir efeitos de sentido à intenção do narrador; 2) Plano da estória – É mais autônomo e se sobressai virtualmente por meio dos recursos linguísticos. Embora sejam indissociáveis, o plano da estória tem significado próprio. É nele que estruturam os planos cronológicos e causais desempenhados por personas que desenrolam a trama; 3) Plano da metanarrativa – É o plano de fundo que evoca as raízes culturais, é mais abstrato. Neste plano, os heróis e anti-heróis são construídos de forma a revelar a estrutura mais profunda de acordo com a ética e a moral.

Os três planos, devem ser analisados de forma simultânea, cabendo, porém, ao analista da narrativa determinar o começo, meio e fim da estória para que ela se conclua de modo objetivo. Assim sendo, trataremos neste texto a narrativa dos dois episódios separadamente, considerando as reportagens acima citadas, com atenção na configuração das vozes e na composição dos personagens, na definição da ordem política no Brasil, neste período de acirradas disputas entre ideologias, no processo de impeachment.

As estórias são construídas e desconstruídas no decorrer do processo para que se descubram quem são os protagonistas, antagonistas, adjuvantes e como a trama é tecida, bem como seu clímax e ponto de virada que dão continuidade e coerência a ela.

3. Narrativas do *Impeachment*

Para entendermos o processo de impedimento nos diferentes períodos da história, é fundamental que saibamos primeiramente qual é o seu significado, em que casos, segundo a Constituição Federal, ele é legítimo e como funciona o processo.

Impeachment: palavra inglesa que quer dizer: impedimento, impugnação⁷. Como está na legislação brasileira, o processo de *Impeachment* tem início a partir de uma denúncia de Crime de Responsabilidade por parte de uma autoridade.

Segundo o Artigo 85 da Constituição Federal são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República, que atentem contra:

⁷ <http://www.significados.com.br/impeachment/>

- I- a existência da união;
 - II- o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;
 - III- o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
 - IV- a segurança interna do País;
 - V- a probidade na administração;
 - VI- a lei orçamentária;
 - VII- a guarda e o legal emprego do dinheiro público;
 - VII- o cumprimento das leis e das decisões judiciais.
- Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento (BRASIL. Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950).

Em termos processuais, o pedido de *Impeachment* deverá ser analisado pela Câmara dos Deputados. Primeiramente na comissão de ética e depois, havendo consenso para seguir a diante, pela votação dos parlamentares. Se aprovado nesta etapa, segue para o Senado Federal, que é quem possui a responsabilidade do julgamento final.

Somente neste momento é que o então presidente é afastado da sua função por 180 dias. Período que o Senado tem para decidir se ele é culpado ou não. Se o Senado não concluir o processo, a autoridade retoma suas funções, até que a Casa vote, considerando o desejo da maioria, que no caso de um *impeachment*, são os votos de 2/3 dos senadores. Em caso de condenação, a respectiva autoridade, perde o cargo e fica inelegível por 8 anos.

No impeachment de Dilma Rousseff (PT), quem por direito assume o cargo é o Vice-Presidente, neste caso específico, Michel Temer (PMDB). Se o vice não puder assumir, seja por renúncia, morte, ou cassação, quem toma posse é o Presidente da Câmara dos Deputados, neste contexto, Eduardo Cunha (PMDB), embora pese sobre seus ombros a possibilidade de processo de *impeachment* em decorrência de dinheiro ilegal, depositado em contas no exterior. E em último caso, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, neste momento, a cadeira ficaria com o ministro Ricardo Lewandowski.

O escolhido terminará o mandato do impedido, como aconteceu no caso do Vice-Presidente Itamar Franco que assumiu a presidência, com o afastamento de Collor, para completar o mandato, de quatro anos.

4. O Brasil de Veja renuncia a Collor

Inicialmente o recorte é para o primeiro episódio da narrativa. A capa da revista Veja estampa um momento da história da política nacional, em que o Brasil renuncia ao presidente Collor, personagem antagonista do semanário que não se mostrou digno de ser perdoado pelos brasileiros, já que sabia de todas as falcatruas praticadas pelo tesoureiro Paulo Cesar Farias, evidenciando a composição da trama que vai sendo tecida:

Agora, é a guerra. Os três meses que se passaram desde que Pedro Collor revelou as ligações entre o presidente e Paulo César Farias foram de placidez, comparados com o período de beligerância que se abre nesta semana. A guerra será disputada em três frentes. No Congresso, nas ruas e no Planalto (Ed. 1249, 26/08/1992, p.18).

Em um primeiro momento, a voz, destacada pela reportagem é a do Congresso que precisa se posicionar da melhor maneira possível antes que o governo de Collor afunde e, com ele, todos os que escolherem este lado. “Sua estratégia para a guerra do *impeachment* volta-se para o Congresso, onde quer comprar deputados e espalhar armadilhas jurídicas” (Ed. 1249, 26/08/1992, p.18).

A voz do Congresso Nacional torna-se audível e clara, passando a ser protagonista na estória de Veja. Pois, os parlamentares que teriam descoberto as artimanhas do presidente, detinham neste momento o poder nas mãos para tomar decisão política, arrancando-o do poder presidencial por ter ludibriado a população. O mesmo presidente, quando antes da posse solicitou ao presidente Sarney que decretasse três dias de feriado bancário para, segundo Veja, “acabar com a inflação com um tiro só” (Ed.1249, 26/08/1992, p.26). A esperança tomava conta do país sob o comando de um moderno presidente, diferente dos antigos coronéis da política brasileira, ainda convivendo com o aumento da força de esquerda no território nacional⁸.

A voz do poder legislativo começa a ficar mais forte na estória de Veja, quando encontram provas de que o presidente e seu tesoureiro Paulo César Siqueira Cavalcante Farias, sacam grandes somas em dinheiro antes do confisco. Como explica Amir Lando (PMDB), relator da CPI que investiga os negócios do tesoureiro,

“PC levou o presidente da República, pelo suprimento de largas somas nas contas de Ana Acioli, da primeira-dama e de sua secretária, seja por meio da EPC, seja pelos correntistas fantasmas, a omitir-se no cumprimento do dever funcional consistente em zelar pela moralidade pública, em impedir a utilização do seu nome para obstar que os crimes – de que ele tinha ciência pelas quantias depositadas nas contas utilizadas em seu proveito e de seus familiares – continuassem a ser cometidos” (Ed. 1249, 26/08/1992, p.24).

Lando então apresenta o relatório final que dá ênfase às retiradas realizadas por PC e pelo presidente na véspera da posse de Collor e de sua primeira medida. Essa atitude inicial do governo ditou como seria o mandato do presidente, que foi bem diferente de seu slogan

⁸ Neste momento político no Brasil, o então presidente eleito, Fernando Collor, obtém apoio das grandes redes de comunicação do país. “Do ponto de vista da imprensa, a chegada de Collor à cena política nacional caía como uma luva. Collor percebeu essa ansiedade dos meios de comunicação por um político novo, espetacular”, como descreve Emiliano José, na sua obra “Imprensa e Poder: ligações perigosas” (1996, p.25).

de campanha com as célebres frases “caçador de marajás” e “defensor dos descamisados”, até seu impedimento.

Na narrativa de Veja, o confisco nada mais foi do que a primeira medida do governo recém-empossado, denominada Plano Collor, que tinha como principal objetivo conter a inflação. Essa medida levou todos os cidadãos que possuíam contas em bancos ao desespero, pois ela confiscou todas as poupanças e contas correntes sem aviso prévio.

Fernando Collor, após várias denúncias, perde o apoio dos partidos de sua base de sustentação política no Congresso, que precisam se posicionar para não serem manchados com o presidente. Neste sentido, a revista conta que o governador Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB), disse que concederia uma entrevista pedindo a saída do presidente, “o povo brasileiro não aceitará meias verdades” (Ed. 1249, 26/08/1992, p.19).

A revista descreve que há insegurança dos partidos, especialmente o do presidente Collor (PRN), o que exige medidas para tentar salvar a nação. Em discurso indireto ressalta a voz da elite econômica, cujo descontentamento no meio empresarial também ganha corpo, demandando atitudes imediatas, os quais passam a pressionar o governo.

Em contraste com as vozes do Congresso e a das ruas, a voz do Planalto é aveludada e serenada, conta a revista. Escondido atrás da bandeira nacional, o presidente desfruta de uma imaginária normalidade dentro de seu *bunker*, apelido dado à Casa da Dinda, residência oficial de Collor. Isolado, o presidente tenta interpretar o papel de que tudo vai bem, “Estou confiante, vou demonstrar que tenho razão” (Ed.1249, 26/08/1992, p.26).

Porém por detrás dessa aparente tranquilidade, o presidente tenta se justificar para o próprio partido, que não tem alternativa a não ser lhe virar as costas. O personagem de Veja, Collor, tenta se justificar dizendo que “[...] fizera tudo de propósito, para evitar que a oposição tivesse um prazo maior para se organizar e realizar protestos ainda maiores” (Ed.1249, 26/08/1992, p.27).

A voz das ruas que fala em uníssono, se torna soberana ao proferir a sentença, na estória de Veja, que a configura como protagonista do narrador. A revista relata que esta voz era subestimada, uma vez que já estaria cansada e sem forças para continuar na luta pela justiça. Mas quando menos se espera a população ressurgir, e com mais força que antes, como descreve o semanário. Aqui, portanto, se efetiva importante ponto de virada da estória de Veja. A voz do povo não quer o presidente como representante em Brasília.

Nesta sequência, seguindo o narrador, os grupos empresariais tomam partido no processo de crise, porque sabem a força que as manifestações ganham nesse momento.

Além do que, sentem-se muito prejudicados com o confisco, não podendo honrar com o pagamento das folhas salariais das suas empresas. O deputado Luís Roberto Ponte (PMDB), ex-presidente da Câmara Brasileira da Indústria, afirma na narrativa do semanário que “Os membros do governo devem deixar seus cargos assim que a CPI divulgar suas conclusões, para não serem solidários com o crime” (Ed.1249, 26/08/1992, p.19).

Já no apagar das luzes, o personagem-presidente contra-ataca e pede aos brasileiros que repudiem o *impeachment* e saiam na rua pintados de verde e amarelo, mas “O povo cobriu o país de preto e branco para repudiar um presidente que, espertamente, queria esconder-se atrás da bandeira nacional”. Uma cena que passa para a eternidade e culmina com a sentença final, na estória da revista: “Collor saiu impeachmentado e renunciado” (Ed.1249, 26/08/1992, p.31). O *impeachment* estava sacramentado.

Na sequência da estória de Veja a onda negra, do povo nas ruas, havia aberto uma ressaca sem cura no governo. Porém o presidente parecia não ter atentado para a gravidade da situação, quando alegava que as pessoas do governo se deixavam abater com facilidade, remetendo ao estado de seu ministro Marcílio Marques Moreira, visivelmente abalado. A negação de Collor fica mais evidente, quando ele tenta acalmar o senador Hugo Napoleão, em uma visita ao Planalto para uma audiência, tentando convencê-lo que, “A CPI é um caso menor, o importante são as instituições” (Ed.1249, 26/08/1992, p.27).

Apesar da aparente confiança, o narrador descreve medidas tomadas pelo presidente para barrar o processo de *impeachment* na Câmara. Ele recebe o deputado José Lourenço (PDS), vice-líder do governo, com fama de especialista em mandatos presidenciais desde a Constituinte, quando garantira os cinco anos de mandato para o ex-presidente Sarney, que para o deputado, teria sido muito difícil e o *impeachment* seria mais tranquilo. Collor se mostrava disposto a qualquer tipo de humilhação para não sofrer o impedimento iminente.

O semanário revela que Collor se sente encurralado e apela para juristas, que surgem como adjuvantes, para permanecer no cargo até o dia 1º de janeiro de 1995. O primeiro, o advogado Saulo Ramos, ex-ministro da Justiça de Sarney, conta Veja “[...] entregou ao Planalto sua primeira contribuição na forma de um polêmico parecer, em que contesta a competência da Câmara para processar o presidente” (Ed.1249, 26/08/1992, p.27).

O segundo seria o advogado Dario de Almeida Magalhães, velho amigo de Collor que encabeçara várias disputas legais de sua família e que até aquele momento era o advogado que mais tinha vencido causas no Supremo Tribunal Federal, estava a postos para travar qualquer batalha junto ao STF.

Mas para Veja, não havia como calar o clamor popular. Em 1º de setembro de 1992 a Associação Brasileira de Imprensa, na figura de Barbosa Lima Sobrinho e a Ordem dos Advogados do Brasil, com Marcello Lavenière, apresentam à Câmara o pedido de *impeachment* de Collor, que foi aberto com 441 votos a favor e 31 contra. No Senado Federal, Collor é condenado com 76 votos a favor e 3 contra. Em 30 de Dezembro de 1992 Collor estava oficialmente impedido de continuar seu mandato e inelegível por 8 anos.

Em essência, o semanário narra a trajetória do *impeachment* de Collor, de modo a revelar as angústias do mercado brasileiro, que naquele momento necessitava de uma solução emergencial para conter a crise econômica em que o país se encontrava, destacando as vozes dos personagens, para reafirmar sua postura em favor da saída de Collor, desenhando a disputa política que permeava os fatos narrados de acordo com sua ideologia.

5. Estória das pedaladas políticas

Alguns anos depois, Veja traz uma capa, com a palavra “Impeachment” em destaque, com a atual presidente da república Dilma Rousseff de perfil e muito sisuda, com fundo escuro. Na diegese imagética está o clima nebuloso de tensão, em que o país vive uma das piores crises já vistas, descreve o narrador. Não só na economia, mas no governo que está marcado pelo mar de corrupção que assola os poderes, pois, como conta Veja em subtítulo de página interna, que dá sequência a narrativa: “Em um ambiente de depressão econômica e corrupção generalizada, o Congresso Nacional vai decidir se afasta Dilma Rousseff da presidência por crime de responsabilidade” (Ed. 2455, 09/12/2015, p.54).

Na estória de Veja, a falta de competência do governo, sobretudo na área econômica resulta na crise do país, com consequências políticas. Depois, a presidente comete o crime de responsabilidade, quando pratica as chamadas “pedaladas fiscais” e gasta recursos sem a devida autorização do Congresso Nacional.

Diferentemente do primeiro episódio de *impeachment*, em que o narrador inicia com o título “Agora, é a guerra” (Ed. 1249, 26/08/1992, p.18), neste, Veja conta que “O *impeachment* não é guerra” (Ed.2455, 09/12/2015, p.57). Assim, o narrador usa os recursos de linguagem em conformidade com o tempo da estória, considerando a tensão nas disputas com atenção no pano de fundo da narrativa, de acordo com o fio da tessitura da trama que persegue.

A revista conta que as denúncias de corrupção não são exclusividade da presidente, mas também recaem sobre parlamentares da oposição, entre eles, Eduardo Cunha (PMDB),

responsável pelo acatamento ou não do processo contra a presidente. Na diegese de Veja, neste episódio, a personagem com papel fundamental na intriga é Dilma Rousseff, na prática de ruptura institucional. Afinal, conta o narrador, “Em tese será discutida uma questão meramente técnica [as pedaladas fiscais]. Na prática, o *impeachment* é um processo essencialmente político, que refletirá as convicções de cada parlamentar” (Ed.2455, 09/12/2015, p.57). Assim, o narrador aponta as configurações do acontecimento-intriga e por vezes, se mostra agente da própria estória ao tomar posição em favor do *impeachment*, mostrando que as alegações contra Eduardo Cunha não invalidam o processo:

O deputado foi chamado de corrupto e chantagista e acusado de agir motivado pelo nada nobre instinto de vingança. Esses argumentos encontram amplo respaldo nos fatos, mas são usados de maneira ardilosa para tentar confundir os brasileiros (Ed.2455, 09/12/2015, p.57).

Os autores do pedido de *impeachment*, Janaina Pascoal e Hélio Bicudo, ganham papel de adjuvantes dos protagonistas, por se inserir na estória com papel importante, na moral política. Como descreve o semanário, na legitimação dos personagens, tratam-nos “A ex-cara pintada e o ex-petista” (Ed.2455, 09/12/2015, p.61), respectivamente.

Entretanto, do lado do governo os personagens são ardilosos, como é o caso do ministro chefe da Casa Civil, Jaques Wagner. Veja revela que ele não classifica o *impeachment* como golpe, tal qual seus colegas, “*Impeachment* é remédio amargo, ou o mais amargo dos remédios contra uma autoridade pública, mas está devidamente regulamentado na constituição brasileira” (Ed.2455, 09/12/2015, p.58). Em *flashback*, o narrador recorda que Wagner atuou contra Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, sucessivamente. “Nesses dois casos, Wagner teve participação ativa” (Ed.2455, 09/12/2015, p.58). Assim, não pode classificar a figura do *impeachment* como antidemocrática, ou mesmo de golpe, afinal ele mesmo já a usou como ferramenta “prevista na Carta de 1988 e seus termos estão definidos em lei desde 1950” (Ed.2455, 09/12/2015, p.58).

Dilma Rousseff aparece agora ao lado do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um personagem importante nas disputas políticas. Na busca de se protegerem, eles tentam negociar uma saída para a crise política que os envolve, como descreve Veja. Assim, Cunha estaria protegido por um acordo realizado entre ele e a presidente, costurado por Lula. No entanto, o presidente da Câmara não levou o acordo adiante após o rompimento da contraparte e “A parceria acabou em ruptura depois de o PT prometer votar contra Cunha no Conselho de Ética da Câmara” (Ed.2455, 09/12/2015, p.59). A presidente insiste em dizer que não havia realizado tal acordo, mas “ela tentou até o último momento evitar que o

partido o fustigasse” (Ed.2455, 09/12/2015, p.59), referindo-se ao peemedebista. O acordo rompeu-se, portanto e a intriga ganha novos arranjos na estória de Veja.

Na sequência, ocorre um ponto de virada na narrativa. Embora aliados em primeiro momento, Cunha e Dilma se tornam adversários absolutos. O futuro da presidente está nas mãos do parlamentar, que conduz os trabalhos na Câmara dos deputados. Demonstrando estratégia política contra o governo, Cunha aceita o pedido de *impeachment*, dizendo que nada disso ocorreria se o governo tivesse cumprido sua parte do acordo. Em resposta, Lula entra no jogo dizendo que “não podemos subordinar o país inteiro a uma visão corporativa, pessoal e de vingança do presidente da Câmara” (Ed.2455, 09/12/2015, p.59).

O semanário, como agente da narrativa, toma posição na estória, ao descrever que Lula que esteve sempre à frente de quase todos os processos de *impeachment* desde a redemocratização, agora acha o *impeachment* um gesto de insanidade. Deixando claro que independente de ser Cunha a aceitar o processo, seu atual estado não invalida sua condução.

Com o processo *impeachment* avançando, entra em cena o possível herdeiro da presidência. Michel Temer, o vice de Dilma, como conta Veja, que começa a articular com líderes de oposição e já recebe aceno do PSDB e DEM. Nos embates políticos, Temer anuncia que pretende fazer um “governo de união nacional”. Por sua vez, Rousseff convida o vice para uma conversa no Planalto. Mas, como relata o semanário no fio da narrativa, “Temer percebeu que havia sido atraído para a arapuca” (Ed.2455, 09/12/2015, p.61). O principal parceiro de Dilma agora está muito bem articulado e pronto para tomar seu lugar.

Nos dois momentos que a história vive os rumores do *impeachment*, há semelhanças imensas e discrepâncias profundas, onde o semanário revela que ambos possuíam base forte no Congresso, por isso acreditavam poder barrar o processo, alegando que Collor, “Contava com 220 dos 513 deputados” (Ed.2455, 09/12/2015, p.75) e igualmente “Dilma, que oficialmente tem cerca de 280 deputados” (Ed.2455, 09/12/2015, p.75).

A revista ainda traz estampada em duas páginas inteiras, preenchidas com fotos de ambos os presidentes e suas frases sobre o processo. Na estória de Veja há semelhança entre os dois personagens, no método como tentam se salvar, dizendo que a democracia precisa ser respeitada. Nada mais falso, parece querer dizer o narrador.

Prevendo o discurso da oposição, a presidente, personagem de Veja, deixa subentendido que o *impeachment* seria antidemocrático, “Recebi com indignação a decisão do senhor presidente da Câmara dos Deputados de processar pedido de *impeachment* contra mandato democraticamente conferido a mim pelo povo brasileiro” (Ed.2455, 09/12/2015,

p.72). Em seguida o presidente Collor, na estória de Veja em *flashback*, diz algo semelhante, “E qual o objetivo real dos meus adversários? Eles tentam, senhoras e senhores, eles tentam, em dez dias cassar o mandato do presidente da República legitimado pelo voto popular” (Ed.2455, 09/12/2015, p.72). Mas se Collor foi retirado da presidência, mesmo sendo eleito pelo povo, deve ser o mesmo caminho para Rousseff, “Por último, tanto ela como Collor, no discurso em que criticaram o pedido de *impeachment*, lançaram mão do argumento de que foram democraticamente eleitos” (Ed.2455, 09/12/2015, p.75).

A maior discrepância citada pela revista é a divergência de vozes que vem das ruas no processo contra Dilma, onde uma acredita na legitimidade do *impeachment* e a outra não. Renan Haas, um dos líderes do Movimento Brasil Livre (MBL), que é pró-*impeachment*, leva para o obscurantismo às estratégias de Cunha, no fio da tessitura de Veja, e conta que “Estamos no meio de uma batalha de narrativas. Vamos voltar às ruas para mostrar que não é Dilma *versus* Cunha, mas Dilma *versus* o Brasil” (Ed.2455, 09/12/2015, p.90). Na composição da diegese imagética está em destaque Kim Kataguirí, o qual fala ao microfone sob o título “De olho no Congresso” (Ed.2455, 09/12/2015, p.90).

Se a estória envolve os parlamentares, a tensão na narrativa de Veja está nas ruas, com intrigas entre os movimentos favoráveis e contrários ao *impeachment*. A rigor, a voz das ruas se tornou personagem importante do narrador para a queda de Collor, no entanto, com Dilma há divisões políticas e vozes com discursos contrários. Os personagens da narrativa são o Movimento Brasil Livre (MBL), protagonista, na defesa do *impeachment* e os movimentos sociais ligados ao Partido dos Trabalhadores.

Os movimentos sociais ligados aos sindicatos e ao PT, seguindo o fio narrativo de Veja, ganham o papel de antagonistas da narrativa, quando afirmam, “Não há motivação nenhuma para esta solicitação [abertura do processo] a não ser desespero de Cunha, que deveria estar preso”, diz Vagner Freitas, presidente da CUT-Central Única dos Trabalhadores (Ed.2455, 09/12/2015, p.91). Na condição de agente policial, o próprio narrador reage diante das intrigas e define sua posição. “O argumento ignora o fato de que o pedido não foi formulado por Cunha, que ele cumpriu um papel que a lei estabelece ao presidente da Câmara e que o seguimento da questão independe dele”, descreve o narrador Veja (Ed.2455, 09/12/2015, p.91).

Na voz do cientista político Rubens Figueiredo, Veja conta que “‘Depois de 2013, os políticos perceberam que, se permanecem inertes, pequenos atos se tornariam uma bola de neve’. Uma voz se fará ouvir mais alto” (Ed.2455, 09/12/2015, p.91). Neste sentido

parece estar o fio narrativo de Veja a definir a configuração de seus personagens na, perseguindo a hegemonia discursiva de agentes sociais que seguem o roteiro, em conformidade com seu modelo de sociedade moderna e liberal.

Em suma, Veja revela a poder simbólico em que as personagens estão submersas no fio condutor que narra como Dilma se posiciona diante das acusações que recaem sobre ela e culminam na abertura do processo de impeachment, onde vozes divergentes tentam se sobressair, na busca de fatos que corroborem suas posições.

6. Considerações Finais

Os panos de fundo, o fio condutor com seus pontos de virada, clímax e desfechos, ficam visíveis e demonstram a intenção de seu narrador. Como diz Silverstone:

Precisamos compreender esse processo de mediação, compreender como surgem os significados, onde e com que consequências. Precisamos ser capazes de identificar os momentos em que o processo parece falhar, em que é distorcido pela tecnologia ou de propósito. Precisamos compreender sua política: sua vulnerabilidade ao exercício do poder; sua dependência do trabalho de instituições e de indivíduos; e seu próprio poder de persuadir e de reclamar atenção e resposta (SILVERSTONE, 2002, p. 43).

Nessa estória com a configuração de seus personagens, definindo protagonistas e antagonistas, revelar o posicionamento ideológico do veículo, representa a importância da narrativa para construção da realidade, neste contexto político, que diz respeito ao modelo do sistema social.

Certamente aqui, as vozes das ruas passam a fazer parte da diegese de maneira a ordenar o princípio de poder político. Enquanto no episódio de Fernando Collor estas vozes culminam unânimes contra o presidente, haviam as intrigas envolvendo agentes sociais de diversos partidos que se tornam personagem de Veja, num jogo intrincado. No episódio Dilma Rousseff, por sua vez, a personagem, voz das ruas, não se define em absoluto e assume assim protagonismo na diegese de Veja, dado a circunstância de haver dissonâncias. Desta forma, a configuração se define para alguns personagens que está de acordo com o roteiro narrativo, considerando as estratégias na condução do fio diegético. O Movimento Brasil Livre, ganha protagonismo, diferentemente do que ocorre com os grupos sociais de esquerda, contra a saída do governo.

Assim, o *impeachment* leva as narrativas para formação de tramas diferentes, com personagens distintos. Contudo, os protagonistas sustentam pontos de vista de sociedade que se organiza a partir de determinados referenciais, sobretudo, na visão de um país

voltado para os índices econômicos e de produtividade, cuja política resulta em essência na definição das forças políticas e financeiras.

Não se trata, portanto, de uma realidade ordenada pelas disputas políticas *per si*, mas na definição das estratégias narrativas de poder simbólico dos meios de comunicação de massa, em conformidade com enquadramentos simbólicos que tenham significados sociais. No final, o modelo de sociedade está na hegemonia narrativa de poder, com importância da estória de Veja, bem como da comunicação das mediações, que configuram seus personagens, cuja diegese relaciona as expectativas sociais com ficção para formação simbólica da realidade política.

7. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. **Veja sob censura: 1968-1976**. São Paulo: Jaboticaba, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora UNB, 2013.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a Mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.